



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº : 13602.000201/99-38  
Recurso nº : 125.229  
Matéria : IRPF - EX.:1995  
Recorrente : ELÇO NICOLAU CELESTINO  
Recorrida : DRJ em BELO HORIZONTE - MG  
Sessão de : 08 DE NOVEMBRO DE 2001  
Acórdão nº : 102-45.264

IRPF - RESTITUIÇÃO DE TRIBUTO PAGO (RETIDO) INDEVIDAMENTE - PRAZO - DECADÊNCIA - INOCORRÊNCIA - Concede-se o prazo de 05 anos para restituição do tributo pago indevidamente contado a partir do ato administrativo que reconhece no âmbito administrativo fiscal, o indébito tributário, in casu, a Instrução Normativa nº 165, de 31/12/98 e nº 04, de 13/01/1999.

IRPF - PDV - ALCANCE - Tendo a administração considerado indevida a tributação dos valores percebidos como indenização relativos aos Programas de Desligamento Voluntário em 06/01/99, data da publicação da Instrução Normativa nº 165, de 31 de dezembro de 1998, é irrelevante a data da efetiva retenção, que não é marco inicial do prazo extintivo.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ELÇO NICOLAU CELESTINO.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencido o Conselheiro Naurý Frágoso Tanaka.

  
ANTONIO DE FREITAS DUTRA  
PRESIDENTE

  
MARIA GORETTI DE BULHÕES CARVALHO  
RELATORA

FORMALIZADO EM: 07 DEZ 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros AMAURY MACIEL, VALMIR SANDRI, LEONARDO MUSSI DA SILVA, MARIA BEATRIZ ANDRADE DE CARVALHO e LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 13602.000201/99-38  
Acórdão nº. : 102-45.264  
Recurso nº. : 125.229  
Recorrente : ELÇO NICOLAU CELESTINO

**RELATÓRIO**

ELÇO NICOLAU CELESTINO, inscrito no CPF sob o nº. 105.154.616-87, residente e domiciliado na Rua Gil Guatimosin, 121 - Inconfidentes/Ouro Branco/MG, formula pedido de restituição às fls. 01, motivando o pedido com base no Programa de Demissão Voluntária.

Contribuinte apresenta documento às fls. 02/15.

16/17. Certidão de remessa dos autos a EQIR/SESIT/DRF/BHE às fls.

Demonstrativos às fls. 18/21.

ementa: Decisão SESIT/EQIR nº. 582/2000 de fls. 22/23, com a seguinte

“Ementa: Retificação da declaração de rendimentos. Reclassificação de rendimentos. Rendimentos de verbas indenizatórias (PDV/PDI). IN SRF nº 165 de 31 de dezembro de 1998 e ATO DECLARATÓRIO (NORMATIVO) Nº 07 DE 12 de março de 1999; ATO DECLARATÓRIO SRF Nº 096 de 26 de novembro de 1999.”

Horizonte. Comunicado de fls. 24 ao Contribuinte, expedida pela DRF em Belo

Ar - aviso de recebimento juntado às fls. 25.

Recurso de fls. 26/28, apresentado pelo Contribuinte referente a Decisão SESIT/EQIR nº. 582/2000.

29/30. Certidão de remessa dos autos à EQPROF/SESAR/DRF/BHE de fls.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº : 13602.000201/99-38

Acórdão nº : 102-45.264

Decisão recorrida às fls. 31/35, que está assim ementada:

“Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Exercício: 1995

Ementa: DECADÊNCIA

Extingue-se em cinco anos, contados da data da extinção do crédito tributário, o prazo para pedido de restituição de tributo ou contribuição pago indevidamente ou em valor maior que o devido.

**SOLICITAÇÃO INDEFERIDA.”**

Certidão de remessa dos autos a ARF/CLT/MG às fls. 36.

Comunicado remetido ao Contribuinte às fls. 37, com juntada do Ar -  
aviso de recebimento às fls. 37-verso.

Recurso Voluntário do Contribuinte às fls 38/41, com as seguintes  
alegações:

- Que somente a partir da aprovação do Parecer PGFN/CRJ/Nº 1278/98 pelo Ministro de Estado da Fazenda em 17/09/1998, é que esta receita reconheceu, publicamente, a isenção do imposto de renda sobre as verbas recebidas a título de indenização em PDV;
- Que ainda que este contribuinte não tenha feito parte da relação processual nas ações que resultaram na isenção deste tributo, não pode esta receita negar a existência do direito à restituição a partir da publicação das sentenças definitivas, posto que os efeitos da decisão foram válidos “erga omnes”;
- Que o indeferimento decorre da decadência aplicada à data de extinção do crédito tributário, que a DRJ tomou como marco inicial



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 13602.000201/99-38  
Acórdão nº. : 102-45.264

aquela de adesão ao PDV (12.04.94), no entanto, a matéria não há de ser analisada de forma tão simplista;

- Que não há como prevalecer o entendimento da DRJ, na decisão denegatória, de que o prazo extinguiu-se em 12.04.94, ao considerar a data de percepção das verbas indenizatórias de adesão ao PDV, sendo certo que à data do recolhimento não existia na legislação tributária vigente, norma que desse suporte à pretensão de pedido de restituição;

- Que o contribuinte, após cada lançamento de tributo, deva ingressar com um pedido de restituição a fim de garantir o prazo decadencial, posicionamento este, impertinente por comprometer a paz social entre o agente tributado e o agente tributante;

- Que face ao exposto, reitera o recorrente o pedido de reforma da decisão ora recorrida, para se considerar o início do prazo decadencial a partir da publicação da IN nº 165/1998 e AD Nº 003/1999, deferindo a solicitação de restituição.

Certidão às fls. 42 remetendo os autos a EQPROF/SESAR/DRF/BHE para prosseguimento.

Certidão de fls. 43 remetendo os autos ao Primeiro Conselho de Contribuintes com carimbo de recebimento pelo Primeiro Conselho.

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 13602.000201/99-38  
Acórdão nº. : 102-45.264

**VOTO**

Conselheira MARIA GORETTI DE BULHÕES CARVALHO, Relatora

O recurso preenche os pressupostos de admissibilidade, merecendo ser conhecido.

Primeiramente entendo que não houve a decadência do direito de pleitear a restituição argüida pela DRJ de Campinas, através da Decisão de fls. 31/36; pelos seguintes fundamentos elencados no voto do Ilustre Conselheiro Leonardo Mussi da Silva da 2ª Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, que ora adoto e transcrevo na íntegra:

“O Parecer Cosit nº 04 de 28.01.99, ao tratar do prazo para restituição do indébito, notadamente sobre a devolução do imposto de renda pago indevidamente em virtude do recebimento das verbas por adesão à programa de demissão voluntária - PDV, asseverou:

A questão proposta guarda correlação com a matéria tratada no Parecer Cosit nº 58/1998, na medida em que se trata de exigência que vinha sendo feita com base em interpretação da legislação tributária federal adotada pela SRF, mediante o Parecer Normativo Cosit nº 01, de 08 de agosto de 1995 e que resultava na caracterização da hipótese de incidência do imposto, sendo que, em face do parecer PGFN/CRJ nº 1278/1998, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, a SRF editou a IN nº 165/1998, cancelando os lançamentos, e o AD 003/1999, facultando a restituição do imposto.”

Assim, idêntico tratamento deve ser dado a esse pedido de restituição, pelo que se transcrevem os itens 22 a 25 do citado Parecer Cosit:

“22 ...O art. 168 do CTN estabelece prazo de 5 (cinco) anos para o contribuinte pleitear a restituição de pagamento indevido ou



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 13602.000201/99-38

Acórdão nº. : 102-45.264

maior que o devido, contados da data da extinção do crédito tributário.

23. Como bem coloca Paulo de Barros Carvalho, à decadência ou caducidade é tida como fato jurídico que faz perecer um direito pelo seu não exercício durante certo lapso de tempo. (Curso de Direito Tributário, 7ª . ed., 1995, p. 311).

24. Há de se concordar, portanto, com o mestre Aliomar Baleeiro (Direito Tributário Brasileiro, 10ª . ed., Forense, Rio, 1993, p., 570), que entende que o prazo de que trata o art. 168 do CTN é de decadência.

25. Para que se possa cogitar de decadência, é mister que o direito seja exercitável: que, no caso, o crédito (restituição) seja exigível.”

Adoto também o voto do I. Conselheiro Remis Almeida Estol, o qual transcrevo em parte:

“Tenho a firme convicção de que o termo inicial para a apresentação do pedido de restituição está estritamente vinculado ao momento em que o imposto passou a ser indevido.

Antes deste momento as retenções efetuadas pelas fontes pagadoras eram pertinentes, já que em cumprimento de ordem legal, o mesmo ocorrendo com o imposto devido apurado pelo contribuinte na sua declaração de ajuste anual.

Isto significa dizer que, anteriormente ao ato da administração atribuindo efeito *erga omnes* quanto a intributabilidade das verbas relativas aos chamados PDV, objetivada na Instrução Normativa nº 165 de 31 de dezembro de 1998, tanto o empregador quanto o contribuinte nortearam seus procedimentos adstritos à presunção de legalidade e constitucionalidade próprias das leis.

Concluindo, não tenho dúvida de que o termo inicial para contagem do prazo para requerer a restituição do imposto retido, incidente sobre as verbas recebidas em decorrência da adesão ao Plano de Desligamento Voluntário, é a data da publicação da Instrução Normativa SRF nº 165, ou seja, 06 de janeiro de 1999, sendo irrelevante a data da efetiva retenção que, no caso presente, não se presta para marcar o início do prazo extintivo.”



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 13602.000201/99-38  
Acórdão nº. : 102-45.264

Assim, diante da expressa disposição apresentada pelos Pareceres supracitados, o recorrente tem o direito de requerer até dezembro de 2003 - cinco anos após a edição da IN nº 165/98 - a restituição do indébito do tributo indevidamente recolhido por ocasião do recebimento do tributo em razão à adesão à PDV, razão pela qual não há que se falar em decurso do prazo para restituição do pedido feito pelo contribuinte.

O reconhecimento da não incidência do imposto de renda sobre os rendimentos que se examina, relativamente à adesão a PDV ou a programa para aposentadoria, se deu exclusive para a Procuradoria da Fazenda Nacional, cujo Parecer PGFN/CRJ/Nº 1.278/98, que foi aprovado pelo Ministro da Fazenda, e, mais recentemente, pela própria autoridade lançadora, por intermédio do Ato Declaratório nº 95/99, in verbis:

“O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto nas Instruções Normativas SRF nº 165, de 31 de dezembro de 1998, e nº 04 de 13 de janeiro de 1999, e no Ato Declaratório SRF nº 03, de 07 de janeiro de 1999, declara que as verbas indenizatórias recebidas pelo empregado a título de incentivo à adesão a Programa de Demissão Voluntária não se sujeitam à incidência do Imposto de Renda na fonte nem na Declaração de Ajuste Anual, independentemente de o mesmo já estar aposentado pela previdência oficial, ou possuir o tempo necessário para requerer a aposentadoria pela Previdência Oficial ou privada.”

Por todo o exposto, voto no sentido de DAR provimento ao recurso assegurando o direito do contribuinte a restituição do valor pago indevidamente à título de imposto de renda incidente sobre as verbas percebidas por adesão ao PDV.

Sala das Sessões - DF, em 08 de novembro de 2001.

  
MARIA GORETTI DE BULHÕES CARVALHO